

Carta ao Editor

Esclarecimento sobre reportagem "Terapias complementares não funcionam para autismo"

Prezados(as) Editores(as) do Jornal Metrôpoles,

Escrevemos a respeito da reportagem "Terapias complementares não funcionam para autismo, afirma estudo", publicada em 28 de agosto de 2025. Embora o corpo do texto capture algumas nuances da pesquisa, o título escolhido representa uma simplificação perigosa e factualmente incorreta do estudo original (Gosling et al., *Nature Human Behaviour*, 2025), gerando desinformação para uma comunidade que depende de informações precisas.

O equívoco central está em confundir "**ausência de evidência robusta**" com "**evidência de que não funciona**". O estudo de Gosling et al. (2025) é uma "revisão guarda-chuva", que avaliou a qualidade das meta-análises existentes, e não os efeitos das terapias em si. A conclusão não foi que as terapias são ineficazes, mas que os estudos compilados até hoje carecem, em sua maioria, de rigor metodológico.

No caso específico da musicoterapia, a conclusão do título é especialmente enganosa. O próprio estudo da *Nature* aponta que a musicoterapia demonstrou um efeito de grande magnitude na redução dos sintomas gerais do autismo em crianças em idade escolar ($SMD = 0.835$). A ressalva dos autores é que as evidências que sustentam este achado são, até o momento, de "qualidade muito baixa". A interpretação correta desse estudo, portanto, não é que a musicoterapia "não funciona", mas sim que ela se mostra extremamente promissora e necessita de mais pesquisas de alta qualidade para confirmar seus benefícios.

A conclusão simplista do título ignora um corpo crescente de evidências robustas, publicadas em periódicos de alto impacto, que respondem exatamente ao apelo por mais rigor científico. Por exemplo, o estudo TIME-A (Crawford et al., 2017), publicado no *Health Technology Assessment*, representa o maior ensaio clínico randomizado sobre musicoterapia para autismo, envolvendo 364 participantes. Suas análises indicaram que 52% das crianças no grupo de musicoterapia apresentaram melhora nos sintomas sociais, em comparação com 42% no grupo de cuidados padrão — uma diferença estatisticamente significativa ($p = 0,046$) que representa uma chance 25% maior de melhora para quem recebe a intervenção.

Indo além da observação comportamental, o estudo de Sharda et al. (2018), publicado na prestigiada revista *Translational Psychiatry*, investigou as bases neurais da intervenção. Neste ensaio clínico, crianças que receberam musicoterapia não apenas apresentaram melhoras significativas na comunicação social, mas também demonstraram mudanças mensuráveis na conectividade cerebral. Fundamentalmente, a pesquisa encontrou uma correlação estatisticamente muito forte ($p < 0,0001$) entre essa reorganização neural e a melhora no comportamento, fornecendo uma evidência robusta do mecanismo pelo qual a musicoterapia atua.

Coroando essas evidências, a mais alta chancela da medicina baseada em evidências, a Cochrane Library, publicou sua mais recente revisão sistemática sobre o tema (Geretsegger et al., 2022). Após analisar 26 ensaios clínicos com 1165 participantes, os autores concluíram com "certeza moderada" — o que significa que estamos razoavelmente confiantes de que o efeito é real — que a musicoterapia provavelmente resulta em uma grande redução na severidade geral dos sintomas do autismo (com um tamanho de efeito grande, SMD = -0,83), melhora a qualidade de vida e aumenta a chance de melhora global em 22%.

Esses achados, baseados nas mais rigorosas metodologias disponíveis, contradizem frontalmente a ideia de que a musicoterapia "não funciona". A ciência é um processo contínuo, e um título que transforma um chamado por mais estudos em um decreto de ineficácia presta um desserviço à sociedade. Encaminhamos os estudos citados e solicitamos, em nome da comunicação científica responsável, que considerem a publicação deste esclarecimento para corrigir a interpretação equivocada e informar adequadamente seus leitores.

É fundamental que a mídia exerça sua responsabilidade ao reportar sobre intervenções de saúde, especialmente para populações vulneráveis como pessoas com autismo. Uma reportagem imprecisa sobre a eficácia da Musicoterapia não é meramente um erro factual; ela pode ter prejuízos reais e significativos. Para familiares, que muitas vezes estão em uma jornada exaustiva e emocionalmente custosa buscando o melhor apoio para seus entes queridos, informações incorretas podem gerar falsas esperanças ou, inversamente, desencorajamento e desconfiança em uma abordagem terapêutica baseada em evidências que poderia ser benéfica. Além disso, ao desacreditar ou deturpar a Musicoterapia, a reportagem pode inadvertidamente levar as pessoas com autismo a perderem o acesso a uma intervenção que pode aprimorar suas habilidades sociais, comunicação e regulação emocional, limitando suas oportunidades de alcançar seu potencial máximo de desenvolvimento. A pesquisa séria em Musicoterapia é clara: é uma intervenção clínica validada, e o público merece reportagens que reflitam o rigor e a nuance dessa ciência.

Atenciosamente,

Comissão Científica da União Brasileira de Associações de Musicoterapia.

Profa. Dra. Leila Brito Bergold (UFRJ) (Coordenadora)

MT Alana Oliveira Magalhães (UFMG)

Prof. Me. Ana Carolina Arruda Costa (UFRJ)

Prof. Dra. Ana Maria Caramujo Pires de Campos (FMU)

Profa. Dra. Cláudia Regina de Oliveira Zanini (UFG)

Prof. Dr. Frederico Gonçalves Pedrosa (UFMG)

Prof. Me. Ivan Moriá Borges Rodrigues (UFMG)

Profa. Dra. Maria Cláudia Mendes Caminha Muniz (UBAM)

Profa. Dra. Marly Chagas Oliveira Pinto (UFRJ)

Profa. Dra. Verônica Magalhães Rosário (UFMG)